



# Anais da Assembléia

Nº 77

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado **ORLANDO PESSUTI**  
PRN ..... Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**  
PFL ..... Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**  
PDT ..... Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**  
PTB ..... Deputado **ERONDY SILVÉRIO**  
PSDB ..... Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**  
PT ..... Deputado **ERNANI PUDELL**  
PL ..... Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**  
PST ..... Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volmir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTES no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

**2. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 54.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1992**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Neivo Beraldin, Ovídio Constantino, Paulo Maia e Rafael Greca de Macedo (09.)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE**

**Ofícios:**

**OFÍCIO**

Sob o nº 213/92, do Senhor Luís Renato Pedroso, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando Anteprojeto de Lei, que visa estabelecer a política salarial da Magistratura. **Ao Conhecimento da Casa**

Sob o nº 214/92, do Senhor Luís Renato Pedroso, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando Anteprojeto de Lei que

prevê a instituição, na área do Judiciário, de um limitador salarial, a exemplo do que ocorre no Executivo. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 222/92, do Senhor Luís Renato Pedroso, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando Anteprojeto de Lei em que o art. 34, da Lei nº 8.280/86, passa a vigorar com a seguinte redação: "Aos árbitros e conciliadores dos Juizados de Pequenas Causas é atribuída uma gratificação pró-labore e aos servidores do Poder Judiciário que nele exercem funções no período noturno, cumulativamente, uma gratificação correspondente a trinta por cento dos vencimentos básicos, não podendo haver superposição de gratificação noturna". **Ao Conhecimento da Casa.**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 864**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 03.06.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 869**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 40 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de comissão externa, composta de 3 (três) integrantes, para acompanhar a questão referente a retenção do Fundo de Participação dos Municípios, conforme determinação baixada através da Portaria Interministerial nº 428, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de maio de 1992, à pág. 6.470.

Sala das Sessões, em 03.06.92

(a) JOSÉ TAVARES

**REQUERIMENTO Nº 881**

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência comunicar nos termos do art. 160, § 3º do Regimento Interno, declarar-se impedidos de votar o Projeto de Resolução nº 06/92.

Sala das Sessões, em 03.06.92

(aa) ERNANI PUDELL  
DOUTOR ROSINHA  
EMILIA BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, que a presente Sessão conste apenas da Ordem do Dia, para que os Senhores Deputados possam prestar sua última homenagem ao Jornalista e ex-servidor desta Casa, Wilmar Sauner, comparecendo ao seu sepultamento, que ocorrerá às 16:00 horas de hoje, no cemitério Parque Iguazu, nesta Cidade.

Sala das Sessões, em 03.06.92

(a) GERALDO CARTARIO

## REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento, vítima de parada cardíaca, do Jornalista Wilmar Sauner.

Sala das Sessões, em 03.06.92

(a) ADEMAR TRAIANO

## JUSTIFICATIVA:

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e em meu próprio nome, gostaríamos de prestar uma derradeira homenagem ao Senhor Wilmar Sauner, profissional dedicado que por seu caráter e capacidade de trabalho, ganhou respeito dos colegas, tornando-se um dos mais respeitáveis jornalistas do Estado.

## REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Jornalista Wilmar Sauner.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada, bem como à direção da Rede Paranaense de Televisão e do Jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessão, em 03.06.92

(a) GERALDO CARTARIO

## JUSTIFICATIVA:

Com o falecimento nesta data do Jornalista Wilmar Sauner, perde o jornalismo paranaense, uma de suas mais eminentes figuras e perdem os seus amigos e conhecidos, um companheiro leal e solidário.

Jornalista sério, competente, dinâmico, batalhador, realizou ao longo de sua carreira, profícuo e edificante trabalho no setor da imprensa local, disseminando seus conhecimentos e capacitação profes-

sional nas mais diversas áreas do jornalismo, tais como, jornais, revistas, rádio e televisão.

Nesta Casa, foi o idealizador do comitê de imprensa, responsável pela organização dos repórteres políticos que aqui atuam, organizando as primeiras regras coletivas de trabalho dos repórteres políticos. Foi eleito por três vezes consecutivas para o cargo de chefe do comitê de imprensa, reconhecendo incontestemente de seus próceres de sua capacitação jornalística. Observador arguto, analista inteligente de alma humana, era sempre solicitado por políticos, interessados em sua opinião acerca dos mais diversos temas que envolviam não somente questões políticas, mas, de natureza humana em geral.

Sua falta será para todos aqueles que com ele conviveram marcadamente sentida, restando-nos o consolo de que se aqui foi vítima da incompreensão e da injustiça humana, sua alma receberá o justo, sincero e reconhecido valor por parte de Deus, o eterno Pai e justo Juiz.

## REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Wilmar Sauner, ocorrido nesta Capital no último dia 02.

Sala das Sessões, em 03.06.92

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

No último dia 02, nesta Capital, com a idade de 51 anos, adormeceu no Senhor o Jornalista Wilmar Sauner, deixando viúva Dona Nelita e o filho Wilmar Junior.

O passamento de Wilmar Sauner, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de colegas e amigos, entre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A família, os colegas, os amigos choram a perda de Wilmar Sauner, mas o céu será grande e a paz e o seu descanso não terão fim, desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus me ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que eu saiba dar uma palavra de conforto a pessoa

abatida.

Senhor abençoe a família Sauner, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito, o trabalho e a justiça, ama Wilmar Sauner por ser dotado de todos esses requisitos como chefe de família, como comunicador, plantando em todos os cantos do jornalismo paranaense uma semente a germinar confiança no amanhã.

Sempre recebeu os mais elevados cumprimentos, respeitado pela sua visão e pelo arrojo como jornalista.

Deus guardará seu servo Wilmar Sauner sob sua constante proteção, para que renovados pelos Sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deste participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família do colaborador Wilmar Sauner, endereçando à ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 875

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Jornalista Wilmar Sauner, ocorrido no fim da tarde deste dia 02 de junho, em Curitiba, vítima de doença incurável.

Sala das Sessões, em 03.06.92

(a) JOÃO ARRUDA

Apoio: Duílio Genari, Costenaro Neto, Nelson Garcia e Luiz Antônio Setti.

JUSTIFICATIVA:

O Jornalista Wilmar Sauner foi um dos mais brilhantes profissionais de jornalismo que esta Assembléia acolheu. Ativo e inovador, não se contentou com o que lhe reclamava a rotina. Um dos mais velhos profissionais da Gazeta do Povo, foi o criador do Caderno Agrícola (em 1969) e da Gazetinha (1973) desse diário curitibano. Além de suas atividades como profissional de jornal - chegando a trabalhar para a Gazeta do Povo, Diário da Tarde e como redator de jornalismo da TV Paranaense - Canal 12, - foi achado por políticos que viram em Wilmar um auxiliar perfeito para melhorar a comunicação entre Vereadores e Deputados e a população em geral, acumulando funções de assessor de imprensa da

Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa - nesta criando o chamado Comitê de Imprensa e organizando o rol de normas para os repórteres que têm dado cobertura aos trabalhos do Parlamento paranaense.

Com essa extraordinária folha de serviços e com a estreita ligação que manteve com o Poder Legislativo do Paraná, merece o eficiente Wilmar Sauner, a homenagem ora proposta que, esperamos, possa ser aprovada com a merecida unanimidade pelos Ilustres Pares do Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, que seja inserido nos Anais, voto de profundo pesar pelo falecimento do Jornalista Wilmar Sauner da Gazeta do Povo e servidor deste Poder ocorrido na tarde de ontem.

Sala das Sessões, em 03.06.92

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Wilmar Sauner ocupava nesta Assembléia o cargo de Diretor Adjunto da Diretoria de Serviços Especiais, além de ter sido por três gestões, presidente do Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa.

Vindo ainda moço do Rio Grande do Sul, cedo formou-se em jornalismo e passou a trabalhar em atividades de destaque como diretor de redação do Diário da Tarde, o mais antigo jornal do Paraná, coordenador de programação da TV Paranaense - Canal 12 e editor dominical da Gazeta do Povo além de funcionário da Editoria Política desse tradicional jornal paranaense.

Casado com Dona Nelita Ferraz de Mello Sauner deixa um filho, Wilmar Junior, estudante de informática.

Dotado de invulgar capacidade de trabalho, de grande sagacidade política e de um conhecimento de padrão internacional a respeito dos fatos de sua profissão, Wilmar Sauner marcou seu tempo no jornalismo paranaense. Seu desaparecimento deixa uma lacuna irreparável, que procuramos amenizar com o preito de saudade que ora manifestamos, seguros de estar expressando o sentimento de toda a sociedade paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 131/92, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado da Administração, a fim de que a mesma se manifeste quanto a propos-

ta do duto Parlamentar, em criar Centrais de Fotocópias do Estado do Paraná.

No aguardo da habitual atenção de Vossa Excelência, apresento os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.06.92

(aa) ERONDY SILVERIO  
EMILIA BELINATI

PROJETO DE LEI N° 131/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar Centrais de Fotocópias nos Municípios Paranaenses.

Parágrafo Único - Em cidades com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes poderão ser criadas tantas Centrais quanto necessárias.

Art. 2° - O local de instalação e os funcionários que permitirão o funcionamento das Centrais de Fotocópias serão adaptados e remanejados respectivamente.

Art. 3° - Todo órgão público estadual terá direito a uma cota máxima diária e a uma cota máxima mensal.

Art. 4° - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando o Poder Executivo autorizado a implantação gradativa, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.92

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Em todos os Municípios paranaenses existem vários órgãos do Estado, que têm necessidade constante de fotocópias, essenciais no trabalho dos mesmos, tendo em vista que na maioria são núcleos de Secretarias, ou escritórios de representação de Secretarias de Estado e como tal, recebendo informações necessitam urgente divulgação de metas de trabalho, ou repasse de instruções que fazem com que uma fotocopadora seja essencial ao seu trabalho diário.

Atualmente, cada núcleo estadual ou escritório que represente o Governo, até escolas estaduais que possuem fotocopadoras, locaram ou compraram através de promoções ou doações pela comunidade e são manipuladas por pessoas sem treinamento específico, o que faz com que a qualidade das cópias não sejam perfeitas e propiciem gasto excessivo de papel por falta de treinamento, o que gera desperdícios; ou pela má qualidade do equipamento, que só alimenta as despesas para o Estado.

Sendo assim entendemos que ao criarmos as Centrais de Fotocópias, estaríamos criando o local apropriado, o equipamento adequado e a pessoa treinada e especializada para o setor, propiciando economia de material, papel e manutenção.

Ficam ainda atendidas todas as repartições públicas estaduais, centralizando equipamentos, materiais, papéis e principalmente pessoa técnica e treinada para este fim.

(a) EURIDES MOURA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente,  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando que os Senhores Deputados possam prestar sua última homenagem ao jornalista e ex-servidor desta Casa, Wilmar Sauner, comparecendo ao seu sepultamento, que ocorrerá às 16:00 horas de hoje, no Cemitério Parque Iguaçu, nesta Capital.- **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Foi com pesar que nós recebemos a notícia do falecimento do companheiro Jornalista Wilmar Sauner. Nosso amigo, de muitos anos, Wilmar representa uma perda irreparável para o Jornalismo paranaense e Brasileiro. Nós nos sentimos consternados com esta notícia, pelo que ele sempre representou mesmo aqui nesta Casa, que por muitos anos desenvolveu o seu trabalho jornalístico, numa harmonia, num entrosamento com toda a classe jornalística aqui da Assembléia e das empresas jornalísticas aqui do Paraná. Eu quero tomar a liberdade de ler a matéria que saiu na "Gazeta do Povo" nessa data de hoje.

"Adeus companheiro..."

Xerox anexo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 526/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que no resguardo interesse público, institui, no território do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no art. 159 da C.E., e disposições da Lei Federal n° 6.305, de 15/12/75, a taxa de serviços agrícolas, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C.. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO AS EMENDAS DE PLENÁRIO APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas. - **Aprovadas.**

O Projeto irá à Redação Final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 050/92, de autoria do Deputado MARIO BE-

ZERRA e OUTROS, dispõe que o Poder Executivo dotará os Batalhões Policiais Militares e Subdivisões da Polícia Civil, de colete à prova de bala, suficientes para suprir pelotões da PM, Delegacias e Destacamentos Militares. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 022/92, que autoriza o Poder Executivo a, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, os lotes de terrenos que especifica, no município de Itapejara D'Oeste. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede dispensa de frequência a servidores públicos convocados para compor mesas receptoras e apuradoras de votos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 013/92, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 20, de 23.03.91 - Mens.)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 069/92**

**P A R E C E R:**

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 013/92 o presente Plano de Lei dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná-IAP.

Em análise a esta proposição, conclui-se com base na Mensagem 013/92, que é objetivo do Estado a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida da população. Para que se dê o cumprimento de tal dispositivo previsto pela Constituição Estadual no art. 1º inciso IX, é necessário que as políticas públicas levem a sério este princípio, sem que haja prejuízo ao meio ambiente e a qualidade de vida da população, na busca do progresso e do desenvolvimento do Estado.

É competência dos órgãos superiores da Administração e das Secretarias de Estado, dirigidas pelo Governador, o acompanhamento das políticas públicas. Entendemos pois, ser necessário a criação de uma Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a criação de um novo órgão o IAP (Instituto Ambiental do Paraná), em substituição à

SUREHMA (Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente) e ao ITCF (Instituto de Terras Cartografia e Florestas), com o intuito de unificar os diversos órgãos existentes no Estado e que tratam de matéria ambiental.

Com isso, teremos uma Secretaria voltada exclusivamente para questões ambientais e com um Secretário de Estado que responderá também por esta nova autarquia.

Por certo assim estará o Estado, dotado de um organismo apto e eficaz na proteção e defesa do Meio Ambiente.

Assim sendo, esta Comissão conclui com base no disposto pelo art. 53 incisos VIII e X, e art. 66 incisos I e IV da Constituição Estadual que prevêem a criação e estruturação das Secretarias de Estado e autarquias pelo Governador do Estado, não existir óbices de natureza legal, regimental e constitucional à tramitação normal deste Plano de Lei.

Isto posto, somos de parecer FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO, conforme substitutivo em anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ**

**PROJETO DE LEI Nº 069/92**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, com a finalidade de formular e executar as políticas de meio ambiente, recursos hídricos, cartográfica e agrária-fundiária do Estado.

Art. 2º - Passam a integrar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA e o Conselho de Cartografia do Estado do Paraná - CCEP.

Art. 3º - A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente compreende:

I - Secretário de Estado;

II - Diretor Geral.

Art. 4º - Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; 1 (um) cargo de Secretário de Estado; 1 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1; 3 (três) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; e (1) um cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5, todos de provimento em comissão.

Art. 5º - Fica criado o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, entidade autárquica, com personalidade jurídica de di-

reito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial vinculadas à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Parágrafo Único - A autarquia de que trata este artigo terá sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 6º - São objetivos do IAP:

I - propor, coordenar, executar e acompanhar as políticas de meio ambiente, recursos hídricos, cartográfica e agrária-fundiária do Estado;

II - fazer cumprir a legislação ambiental, exercendo, para tanto, o poder de polícia administrativa, controle, licenciamento e fiscalização;

III - conceder licenciamento ambiental para instalação, funcionamento e ampliação de atividades, obras e serviços;

IV - licenciar empreendimentos florestais e autorizar desmates;

V - estudar e propor normas, padrões e especificações de interesse para a proteção da qualidade ambiental;

VI - analisar e emitir Pareceres em projetos, relatórios de impacto ambiental e de risco;

VII - elaborar, executar e controlar planos e programas de proteção e preservação da biodiversidade, preservando e restaurando os processos ecológicos essenciais, assegurando a reprodução da flora e fauna silvestre.

VIII - organizar e manter o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, preservando a diversidade e a integridade do patrimônio genético e, por meio de convênio, participar da administração de parques e reservas de domínio dos municípios ou da União, bem como incentivar e assistir as prefeituras municipais no tocante à implantação de bosques, hortos e arborização urbana e repovoamento de lagos e rios;

IX - executar e fazer executar a recuperação florestal de áreas de preservação permanente, degradadas e de unidades de conservação diretamente ou através de convênios e consórcios;

X - fiscalizar, orientar e controlar a recuperação de áreas degradadas por atividades econômicas de qualquer natureza;

XI - promover, coordenar e executar a educação ambiental formal e não formal;

XII - executar o monitoramento ambiental, em especial da quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, do ar e do solo;

XIII - promover o gerenciamento dos recursos hídricos e outorgar concessões, autorizações e permissões para derivação e uso de águas de domínio estadual;

XIV - implantar, administrar e manter o cadastro técnico rural do Estado e sua

estatística imobiliária;

XV - criar e alimentar o banco de dados cartográficos e geográficos do Estado e manter o acervo de produtos cartográficos geográficos e aerofotogramétricos;

XVI - executar e fazer executar levantamentos e demarcações de terras de domínio público ou particular para embasar a regularização fundiária e a reforma agrária;

XVII - executar trabalhos técnicos de perícia e avaliação nas discriminatórias administrativas e judiciais, e nas ações administrativas ou judiciais de interesse do Estado;

XVIII - prover a compatibilização do registro imobiliário com o cadastro técnico de imóveis rurais, mediante procedimentos judiciais ou administrativos;

XIX - dar suporte técnico para a definição dos limites dos distritos, municípios e do Estado, para embasamento das leis referentes às unidades administrativas, e eliminação ou prevenção de litígios de divisas;

XX - planejar, coordenar, executar e fazer executar as atividades de aerolevantamento e de sensoriamento remoto, de levantamentos topográficos de densificação do apoio geodésico, de conservação da rede geodésica estadual e de mapeamento sistemático, temático e espacial;

XXI - executar e fazer executar todos os atos necessários a proteção, conservação e recuperação do meio ambiente, regularização fundiária e cartografia do Estado;

XXII - elaborar planos e programas para implantação da reforma agrária no Estado;

XXIII - promover a regularização fundiária e o reordenamento territorial de modo a garantir a função social da terra, a proteção dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade;

XXIV - controlar e fiscalizar os agrotóxicos e afins e produtos perigosos, quanto ao transporte e destinação final de resíduos, nos termos da legislação específica vigente;

XXV - cadastrar os produtos agrotóxicos utilizados no Estado quanto ao aspecto ambiental;

XXVI - executar e fazer executar a coleta de dados estatísticos sistemáticos sobre o meio ambiente;

XXVII - promover a execução, coordenação, controle, atualização e divulgação do Sistema de Informações Ambientais;

Parágrafo Único - Fica o IAP investido de poder de representação do Estado na legitimação da propriedade, no uso e reintegração da posse e na discriminação de terras públicas domaniais e devolutas, podendo



ainda promover convênios e acordos com a União, Estados e Municípios.

Art. 7º - No cumprimento de seus objetivos o IAP poderá:

I - celebrar convênios, acordos ou contratos e outros instrumentos legais com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

II - prestar serviços à órgãos e entidades dos setores privado e público ou a pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - cobrar emolumentos, taxas, preços e multas decorrentes de suas atribuições;

IV - promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial.

Art. 8º - O Patrimônio do IAP será constituído:

I - todos os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem destinados pelo Governo do Estado e dos que venha a adquirir;

II - doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - outros bens não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

Art. 9º - Constituem receitas do IAP:

I - créditos orçamentários que lhe sejam consignados pelo Orçamento Geral do Estado ou da União ou dos Municípios;

II - auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;

IV - rendas patrimoniais, operações financeiras e juros;

V - saldos de exercícios encerrados;

VI - remuneração por serviços prestados e administração de fundos e verbas que lhe sejam destinados legalmente;

VII - outras rendas de qualquer natureza.

Art. 10 - O IAP administrará o Fundo Estadual de Meio Ambiente, Fundo de Terras, Fundo de Desenvolvimento Rural e o Fundo de Desapropriação e Colonização.

Art. 11 - O Instituto Ambiental do Paraná será administrado por:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria.

1º - O Conselho de Administração será constituído de 5 (cinco) membros.

2º - A composição, as atribuições e demais normas de funcionamento do Conselho de Administração serão estabelecidas no regulamento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

3º - A Diretoria será constituída de um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e quatro diretores de área ou programa.

4º - O Diretor-Presidente será o Secretário Estadual do Meio Ambiente; o Diretor Administrativo-Financeiro será o Diretor Geral da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Parágrafo Único - O Presidente do IAP representa-o ativa e passivamente em juízo ou fora dele.

Art. 12 - Ficam criados no Instituto Ambiental do Paraná 4 (quatro) cargos em comissão de Diretor, símbolo DAS-3.

Art. 13 - O Regulamento do IAP fixará atribuições, competência, estrutura complementar e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as condições cabíveis, e deverá ser submetido a aprovação do Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da presente lei.

Art. 14 - Ficam extintos a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder o remanejamento de seu pessoal, patrimônio, orçamento, direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como suas respectivas receitas.

Parágrafo Único - o pessoal dos órgãos extintos passam a pertencer ao quadro de pessoal do IAP.

Art. 15 - Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor Superintendente da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, símbolo DAS-1;

II - um cargo de Diretor-Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, símbolo DAS-1.

III - 3 (três) cargos de Diretor do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, símbolo DAS-3;

IV - um cargo de Chefe da Coordenação de Estudos e Defesa do Meio Ambiente,



símbolo DAS-5, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Art. 16 - Fica transformada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, ficando excluídas do art. 29, da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, as atividades referentes a "o combate à população ambiental, nas suas diversas formas".

Art. 17 - Fica excluída do art. 27, da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, a atividade referente à "administração dos parques florestais do Estado" e incluída a atividade de "participação na execução de fomento e extensão florestal para o Estado, observado seus aspectos sócio-econômicos e ecológicos".

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários decorrentes dos dispositivos desta lei.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aprovado.

1.º O Substitutivo Geral será apreciado em 2.ª discussão.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 024/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.557.000.000,00 (oito bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.92 - Mens.)

Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 113/92

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de nº 24/92, que visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.557.000.000,00 (oito bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Procedida a análise da matéria, o presente projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 19.05.92

(aa) ERONDY SILVERIO  
Presidente  
EMILIA BELINATI  
Relatora

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 113/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 24/92, o presente plano de lei objetiva aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.557.000.000,00 (oito bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois, óbices de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI  
Presidente  
NELSON GARCIA  
Relator

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### PROJETO DE LEI Nº 113/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental nº 24/92, objetiva aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.557.000.000,00 (oito bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

A iniciativa atende aos dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária, ao indicar como fonte de recurso igual importância proveniente do cancelamento de dotações alocadas na Secretaria de Estado da Fazenda, conforme específica.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS  
Presidente  
CLEITON KIELSE  
Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 029/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.100.000.000,00 (três bilhões e cem mi-

lhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 53, de 06.05.92, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 118/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 29/92, o presente plano de lei visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.100.000,000,00 (três bilhões e cem milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Na justificativa apresentada pelo Poder Executivo, o referido crédito visa atender despesas com alimentação, material de higiene e limpeza, fornecidos através de contrato com o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, para atendimento de 3.000 crianças, adolescentes e adultos nas unidades sociais da FASPAR.

A matéria em questão encontra-se em condições de ser apreciado por esta Comissão, já que inexistente óbice contrário à sua constitucionalidade e legalidade.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 118/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 29/92, o presente plano de lei objetiva aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.100.000,000,00 (três bilhões e cem milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois, óbices de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 118/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental n° 29/92, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.100.000,000,00 (três bilhões e cem milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Atendendo à previsão do art. 135, V, da Constituição Estadual, indica como fonte de recursos para cobertura do respectivo crédito, igual montante decorrente de cancelamento de dotações da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, conforme específica.

Inexistindo pois, qualquer óbice de ordem constitucional ou legal, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

CLEITON KIELSE

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 119/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 030/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. (Publ. no D.A. n° 53, de 06.05.92, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 119/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei n° 119/92, oriundo da Mensagem Governamental n° 30/92, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual n° 9883, de 26 de dezembro de 1991.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, não tendo encontrado óbice algum, tanto de natureza legal, regimental ou constitucional, emite o seu parecer favorável, opinando ainda pela sua final aprovação.

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

OSWALDO TREVISAN

Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI Nº 119/92

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 30/92, que tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991.

A presente proposta já mereceu da Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, não há nada que impeça a normal tramitação da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

## PROJETO DE LEI Nº 119/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 30/92, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

A iniciativa atende às disposições regimentais, constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, ao indicar como recurso para a cobertura do respectivo crédito, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme especifica.

Isto posto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

HEINZ HERWIG

Relator

Aprovado.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, registro voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/92, de autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN, que declara de Utilidade Pública Estadual o SINDICATO RURAL DE CORNELIO

PROCÓPIO, com sede e foro na Avenida Minas Gerais, 890, no município e cidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 60, de 14.05.92).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 134/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Oswaldo Trevisan, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Cornélio Procópio, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio.

Examinando o projeto, verificamos a farta documentação que instrui, atendendo perfeitamente a todas as exigências da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/92, de autoria do Deputado JOAO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E TRATAMENTO DO ALCOOLISMO, com sede e foro na cidade de Campo Largo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 60, de 14.05.92).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 135/92

P A R E C E R:

O ilustre parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pesquisa e Tratamento do Alcoolismo, com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

Assim sendo, esta relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental, motivo pelo qual opinamos pela tramitação normal do presente, nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente  
EMILIA BELINATI  
Relatora

Presidente  
COSTENARO NETO  
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/92, de autoria do Deputado PLAUTO MIRO GUIMARAES, que declara de Utilidade Pública a INSTITUIÇÃO BENEFICENTE CASA DE SÃO LUIZ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 62, de 18.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 139/92

P A R E C E R:

Na condição de relator, do respeitável Projeto de Lei nº 139/92, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Beneficente Casa de São Luiz, cumpre-nos dizer que o presente plano de lei, encontra-se amparado pela Lei nº 6994/78, que estabelece normas para declaração de utilidade pública.

Neste sentido, não há obstáculo quanto ao trâmite normal do presente plano de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO  
Presidente  
TOTI COLAÇO  
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 036/92, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 66, de 20.05.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 142/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 36/92, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Analisando-se a matéria sob os aspectos legal e constitucional, nada há que obste sua tramitação, por não se encontrar qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à sua tramitação e conseqüente aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 142/92

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 36/92, o presente plano de lei objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Examinada a proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta, parecer favorável. Esta Comissão, analisando a matéria, concluiu não existir óbices de qualquer natureza à sua normal tramitação.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do referido projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.05.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE  
Presidente  
ALCEU SWAROWSKI  
Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 142/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental nº 36/92, aprova um crédito suplementar no montante de Cr\$ ... 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Ao indicar como recurso para a cobertura do respectivo crédito igual importância proveniente de cancelamentos de dotações da Chefia do Poder Executivo e da Secretaria de Estado dos Transportes, conforme especifica a iniciativa, atende às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria tributária.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões em 27.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS  
Presidente  
HEINZ HERWIG  
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/92, de autoria do Deputado ARLINDO TROIAN E OUTROS, que dispõe sobre o ressarcimento aos Senhores Deputados, de despesa com passagem, telefone, correspondência, moradia e combustível. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 71, de 27.05.92).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Arlindo Troian e outros, a presente proposição dispõe sobre o ressarcimento aos Srs. Deputados de despesas com passagens, telefone, correspondência, moradia e combustível.

Em análise à proposição, esta Comissão conclui não existir óbices de natureza legal, regimental e constitucional à sua tramitação normal.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação da proposição, nos termos em que ela se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente, comunicando nos termos do art. 160, § 3º do Regimento Interno, declarar-se impedidos de votar.

A Mesa não considera por impedimentos os contidos no § 3º, do Art. 160, do Regimento Interno.

Não procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O DR. ROSINHA - Diz o artigo 160 (Lê):

"A votação complementa o turno regimental a discussão. Parágrafo 3º - Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco".

Portanto todos os Srs. Deputados estão impedidos de acordo com o Artigo 160, Parágrafo 3º do Regimento Interno.

SR. PRESIDENTE: - (Anibal Khury) - A Mesa não entende dessa forma, se Vossa Excelência se considera impedido Vossa Excelência comunica à Mesa, e o seu voto será considerado branco.

DR. ROSINHA: - Sr. Presidente, ainda pelo Artigo 33, Parágrafo 3º: "Da Comissão de Finanças, tal Projeto deve ainda ser ouvido na Comissão de Finanças para entrar na Ordem do Dia".

SR. PRESIDENTE:- (Anibal Khury) - Submeto a votos a primeira discussão em seguida se o Projeto for aprovado ele vai à Comissão de Finanças.

DR. ROSINHA: - Para encaminhar a votação. (Assentimento).

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, demais presentes.

O Projeto de Resolução que ora estamos votando, diz respeito ao aumento de ajuda de custo dos Srs. Deputados. O Projeto foi um dos que mais rápido tramitou nessa Assembléia Legislativa; deu entrada no dia 23 de maio e hoje, poucos dias depois, já consta na Ordem do Dia para ser votado. Alguns outros projetos chegam a ficar às vezes até anos esperando em alguma gaveta da Assembléia Legislativa para depois vir à Ordem do Dia, principalmente se esses projetos são de interesse da sociedade.

Como o Projeto que ora discutimos é de interesse especificamente de nós Deputados, ou dos Srs. Deputados, porque principalmente altera o valor do dinheiro percebido por cada um de nós, seja por via direta ou indireta e significa aumento de salário. Nós entendemos que tal Projeto todos nós Deputados estamos impedidos de votá-lo pelo Artigo 160, Parágrafo 3º do Regimento Interno onde deixa muito claro que o que diz respeito ao interesse pessoal não deve ser votado nesta Casa de Leis por nenhum de nós.

Portanto, cada um de nós Deputados temos que comunicar à Mesa que não podemos votar porque diz respeito à causa própria, diz respeito a aumento de salário, diz respeito a aumentar o que já percebemos hoje. Esse Projeto tramitou inclusive com rapidez por duas principais razões, uma é o ganho dos Srs. Deputados, e a outra significa inclusive o ganho também indireto. Esse Projeto no nosso entender ainda burla a emenda Constitucional nº 01 que foi votado já esse ano no Congresso Nacional. Diz essa emenda que os Deputados devem perceber o salário de 75% do que ganha um Deputado Federal.

O salário de um Deputado Federal é hoje de vinte e dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil seiscentos e dezesseis cruzeiros. Não satisfeitos com esses 75% sobre esse salário coloca-se em votação um aumento salarial indireto para os Deputados Estaduais do Paraná que no nosso entender é vergonhoso. Vergonhoso ao comparar com o ganho dos trabalhadores brasileiros que percebem o menor mínimo do País e um dos menores do mundo. Milhares de trabalhadores estão desempregados, agricultores não têm terra para plantar, não têm financiamento de banco, aposentadorias são difíceis de serem conseguidas e quando algum trabalhador a consegue é abaixo do salário que recebia na vida ativa.

Esses trabalhadores hoje estão desesperançados e já não acreditam mais em nenhum Poder constituído, em um dos Poderes aos quais esses trabalhadores vivem ques-

tionando, é o Poder Legislativo; porque a maioria de nós Parlamentares, fazemos um discurso lá fora e votamos outra coisa aqui dentro. Esses trabalhadores têm votado branco ou nulo ou tem dito que não acreditam mais no Parlamento. Ao votar um projeto em que aumenta o salário dos Deputados, eu não tenho dúvida de que maior será a desesperança desses trabalhadores nos Poderes constituídos e principalmente no Poder Legislativo.

Nós entendemos que este tipo de reajuste, de maneira direta ou indireta, votando em causa própria, faz com que esses trabalhadores se envergonhem mais dos chamados políticos profissionais; e eu tenho certeza que vai fazer com que muitos de nós, Parlamentares aqui dentro, tenham vergonha de sair na rua e dizer que direta ou indiretamente o nosso salário chega próximo de 30 milhões de cruzeiros, enquanto a maioria morre de fome nas ruas da nossa cidade.

O mês passado o auxílio de despesas do Congresso Nacional foi de 9 milhões 277 mil 632 cruzeiros. Este auxílio não era em verba direta, era por cota, enquanto o nosso será feito por verba direta ao apresentar as notas. Há bastante diferença de uma coisa para outra. E é necessário também explicitar o Artigo 7º, quando coloca entre outras despesas, as despesas de hospital. Hospital para quem? Para a família? Para os parentes? Para os apaniguados? Para os cabos eleitorais? É isto que tem que se perguntar.

Esta lei, este projeto de resolução não está claro. Além de ele não estar claro, vai aumentar a despesa, tendo como parâmetro a despesa do Governo Federal em quinhentos e trinta milhões por mês na Assembleia Legislativa. Ou seis bilhões e trezentos milhões por ano para 54 Deputados. Se dividirmos isto por 54 Deputados, vamos ver o quanto é o montante de despesa que cada um de nós teremos e causaremos aos cofres públicos e de todos os contribuintes que percebem baixos salários.

Portanto nós questionamos este Projeto. O que nós, Deputados, temos que reivindicar e exigir é condições de trabalho.

Condições de trabalho se faz com o salário digno, se faz com infra-estrutura, seja ela fixada em algumas cotas de telefone ou alguma cota do Correio. Se faz com Assessoria Técnica competente na área de fiscalização de orçamento, na área de questões de saúde, que a Casa não nos dá estas assessorias, como agora recentemente como membro da CPI dos Transportes, faltou-nos assessoria para verificar se as tarifas eram corretas ou não. Isto é que nós temos que exigir, condições de trabalho. E o montante de salário de cerca de 30 milhões, direta ou indiretamente, é

mais do que salário. É opulência para cada um de nós Deputados. É impossível votar favorável a este tipo de projeto.

Devemos exigir estrutura para o trabalho, mas não exigir verba direta ao nosso bolso, porque aí deixamos a desejar no nosso trabalho diário, enquanto teremos mais verbas do que se diz e deve se ter legalmente, que devemos perceber moralmente perante a sociedade e a classe trabalhadora.

Hoje parece que o que preocupa a maioria dos Deputados, é o bolso de cada um; não é o povo, não é a sociedade e não é a fome que está grassando no País. Hoje parece que se preocupam mais os Senhores Deputados em ficarem ricos do que fiscalizar os Poderes constituídos deste País, que estão caindo de podre. Se nós não fiscalizarmos e denunciarmos, qualquer dia o País desaba na cabeça da sociedade e inclusive nas nossas cabeças.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, nos envergonhamos de tal Projeto de Resolução. Nos sentimos impedidos pelo art. 160, § 3º de votar. Portanto, comunicamos à Mesa que nos sentimos impedidos e solicitamos aos demais Parlamentares que façam o mesmo porque moralmente vai ser difícil defender perante a sociedade e o povo o salário percebido de 30 milhões de cruzeiros, já a partir do mês de junho.

SR. DIRCEU MANFRINATO: (Para Encaminhar)  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dentro da minha formação política cabe-me neste momento falar desta tribuna aos Srs. Deputados, à Imprensa, às galerias e aos estudantes que honram com a sua presença neste Poder.

Falo Sr. Presidente e Srs. Deputados, representando 16 mil eleitores do meu Estado, retrucando, sem dúvida nenhuma, ao Deputado que utilizou a tribuna apenas conferindo-lhe o direito de 5 mil votos só no Paraná.

Deputado, quando Vossa Excelência fala da questão salarial dos Srs. Deputados, eu não tenho a mínima preocupação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de vir à tribuna e falar da realidade, primeiro porque não faço demagogia.

Nós estamos nesta Casa já pelo 3º mandato, e aqui, Deputado Dr. Rosinha, eu vi Deputados demagogos como Vossa Excelência que foi naquela mesma tribuna e mostrou o cheque devolvendo o seu salário para ser vedete da Rede Globo. Só que eu vim à tribuna e questioneei o Deputado Paulino Dellazzeri, na época, e disse a ele que era demagogo, mentiroso e não tinha competência para assumir a responsabilidade de ser um Deputado pelo Paraná.

E Vossa Excelência caminha no mesmo trilho, na mesma estrada, e aqui nós esta-

mos pelo 3º mandato. Nós não utilizamos desses artifícios. Vossa Excelência que representa o partido dos trabalhadores e que fala tanto no trabalhador, porém vocês não fazem assistência social, vocês querem o voto do humilde através da demagogia, da mentira, e vocês não dão a passagem a um doente, vocês não internam um doente, vocês querem apenas o voto do trabalhador simples e humilde através da mentira e da demagogia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu sei quantos Deputados aqui trabalham, sei do nosso vizinho de gabinete, que é o Deputado Alborghetti; nós sabemos das despesas que temos no atendimento e assistência social. E se nós o fazemos nós não fazemos por demagogia, nós fazemos porque quando vim para a Assembléia Legislativa do Estado isso já era normativo em nosso Estado: de que a Assembléia Legislativa é a última porta que aquele infeliz, injustiçado pela crise econômica e até por não ter recursos procuram os Deputados aqui nesta Casa. E a esses Deputados que estendem a mão ao menos favorecido pela sorte, que reconhece como ser humano que precisa realmente ser atendido e que realmente precisa ser apoiado, a minha solidariedade, porque eu acho que se nós estamos aqui trabalhando, recebendo um salário, não tenha dúvida que tem que ser revertido para atender aos menos favorecidos pela sorte.

Eu não pago para o partido que honrosamente pertença, ao Partido Social Trabalhista, PST, 40% do meu salário. V.Exas. são obrigados a pagar 40% para o partido de vocês para sustentar invasão de terras, para sustentar as greves que não são greves; um verdadeiro terrorismo porque infelizmente neste País também a Presidência da República não tem a sustentação de fazer prevalecer a nossa República, porque essas greves que vocês armam são a destruição do Estado, da Nação, porque vocês infiltram o terrorismo, colocando a sociedade em choque muito grande.

Nós não temos esse hábito. A nossa conduta, a nossa linha política, há 9 anos nesta Casa e há seis anos como vereador de Cianorte, sempre será a mesma, mas eu dou um conselho aos nobres Deputados do PT que estão contra esta proposição desta Casa.

E muito fácil, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quem acha que está ganhando muito, porque V.Exas., além de dar os 40% do seu salário ao Partido dos Trabalhadores, porque não fazem doação aos hospitais, às creches? Por que V.Exas., são os primeiros também, quando sai o pagamento, a chegar atrás do cheque. E aqui perante o Plenário, perante os estudantes, V.Exas. querem pregar uma coisa que não é real e eu afirmo Senhor Presidente, Senhores Deputados que não aceito este tipo de

comportamento, porque sei o que faço com o meu salário de Deputado, e a prova disso são as três vezes que aqui estou, reeleito, e tenho certeza absoluta que se voltar a buscar um cargo novamente, como Deputado estadual, pela maneira como me comporto, sem demagogia, sem mentira, eu tenho certeza que eu retorno a esta Casa, mas aqueles que devolvem cheque, aqueles que querem fazer da Assembléia Legislativa do Estado um circo, introduzidos dentro como palhaços, não voltarão para esta Casa, porque o povo saberá realmente quem está certo e quem está errado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - PT com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL: Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Se um País for o retrato dos seus representantes, eu acredito que nós estamos indo mal. Infelizmente alguns aqui nem têm a mínima consciência do papel que exercem na nossa sociedade, nem a consciência da responsabilidade que lhes outorgou o povo nas eleições, não têm consciência do comportamento ético e exemplar que deve reger a conduta dos homens públicos.

O ilustre Deputado Dirceu Manfrinato que nos antecedeu fez ataques caluniosos à posição profundamente discriminatória com relação a direitos elementares de qualquer povo que habita este Planeta; confundem o direito de greve e organização de luta pela conquista de direitos sociais com terrorismo. Aliás, este discurso já se ouvia muito na época da República Velha, onde aqui mandavam os coronéis, e parece-me que alguns coronéis sobrevivem ainda no interior deste moderno Estado do Paraná. O ilustre Deputado, ao que parece, tem apenas consultado os alfarrábios de mil oitocentos e pouco, parece que não entendeu nada do que acontece e aconteceu na humanidade nesse último século.

Eu quero aqui, deixar muito claro uma coisa: eu estou entre aqueles Deputados que venho questionando há muito, inclusive à própria Mesa da Assembléia, para que nós adotássemos um critério de transparência e de justiça com relação a remuneração dos Deputados Estaduais. Nós precisamos antes de mais nada separar o que é salário daquilo que são as despesas normais inerentes ao exercício do mandato.

Defendo, portanto que estas duas questões sejam claramente separadas. Uma coisa é a remuneração que um Deputado deve receber por abandonar a sua profissão, o seu trabalho, a sua carreira, suas atividades para se dedicar ao exercício de uma elevada função pública. Esta remuneração deve,



não por critério demagógico, mas por sensibilidade social, por responsabilidade e por consciência ética do papel que exerce, em primeiro lugar levar em conta a elevada função que todos nós exercemos, mas de outro lado também deve estar colada à análise concreta da realidade social que nós vivemos. Nesse sentido este critério que deveria ditar a fixação da remuneração dos Deputados deveria levar em conta essas condições sociais fundamentalmente em nosso País. Como é possível nós convivemos com a miséria, com a abandono da juventude ao mesmo tempo em que recebemos salários que são, verdadeiramente, afrontas à dignidade das pessoas que vivem nas ruas e que trabalham nas fábricas e fazendas deste País. De outro lado, um Deputado Estadual, como todo aquele que exerce uma função pública, deve ter assegurado os meios materiais para a realização em sua plenitude dessas funções.

Nós defendemos, sim, que despesas com gasolina que se dispendem nas viagens pelo interior para atividades parlamentares não devem ser computadas como salário, como não devem ser computados os selos do correio onde se envia correspondência aos eleitores, onde se envia correspondência às entidades, onde se envia projetos de interesse social.

Não devem ser computadas como salários, efetivamente, as despesas como o telefone, as despesas com passagem no uso das funções do Parlamento. Agora, o que nós questionamos verdadeiramente é o fato que a Assembléia Legislativa do Paraná ao estabelecer esse critério que nosso entendimento é até correto, eticamente defensável e que as despesas do nosso salário não podem ser consideradas como salário, ela não pode ainda agregar aquele salário que permanece inalterado, que permanece elevado. Esta é a questão fundamental.

Porque nós do PT somos contrários, continuaremos recebendo em espécie, em dinheiro, aquilo que recebíamos antes; muitos dos senhores sabem disso e justificam aqueles salários alegando que é para cobrir as despesas do mandato, e além disso se cria uma nova verba que nos possibilita ressarcir as nossas despesas com o mandato.

Então, aí está o erro profundo, grave e que está ocorrendo com relação a este Projeto de Resolução.

Se nós estivéssemos reduzindo os repasses dos nossos salários em dinheiro e espécie, e abrindo cotas para o ressarcimento de despesas devidamente comprovadas, com relatórios de atividades do Parlamentar, isto sim seria uma postura correta, uma postura da Assembléia Legislativa inclusive em sintonia, hoje, com os reclamos da população.

Agora, quero aqui também registrar algo que nos causa indignação: o Ilustre Deputado Dirceu Manfrinato vem nos acusar de demagogos. E logo em seguida diz o ilustre Deputado que nós somos uns desalmados porque não atendemos aos pobres, não damos passagens, não fazemos caridade. Ele sim, é um caridoso, uma alma penada que se dedica a ajudar os desvalidos deste País.

Obviamente, o ilustre Deputado procura divulgar esse seu senso caridoso para toda a sociedade, só esquece de dizer o ilustre Deputado que está fazendo caridade com o chapéu alheio. Porque lançar mão da verba de 5 milhões de cruzeiros mensais, retirada dos cofres públicos que, por sua vez, foi retirada do bolso dos trabalhadores, quando pagam o ICM, e fazer a distribuição dessas verbas, isso sim é demagogia, hipocrisia e cara de pau. Porque fazer caridade, faça com o seu salário. Venda os seus bois e distribua para os pobres e carentes. Aí sim estará fazendo caridade. Mas não faça caridade com a dotação orçamentária destinada à assistência social do Poder Legislativo. E que, aliás, de resto, é bom que se diga aqui: trata-se de uma verba absolutamente inconstitucional porque não está previsto nas atribuições do Poder Legislativo exercer funções de assistência social. A nossa elevada função é fixada nos limites de legislar e fiscalizar o Poder Executivo.

Se cabe a alguém fazer caridade com o dinheiro público, é o Poder Executivo, que tem a Secretaria de Trabalho e Ação Social...

**(E-lhe tirado o som)**

A Secretaria de Trabalho e Ação Social que tem o poder constitucional de fazer esses repasses.

Então, para finalizar, eu gostaria que ficasse muito clara esta posição do PT.

Somos favoráveis sim a separar o que é despesa do exercício do mandato com remuneração dos Srs. Deputados.

Agora, não concordamos que se agregue aos salários mais essa possibilidade de ressarcimento sem que tenham havido a devida redução dos vencimentos em espécie que recebem os senhores Deputados.

Aí está o ponto que nos separa e que nos divide e que não pode se justificar de forma alguma a aprovação deste projeto.

É por isso também, Sr. Presidente, que eu estou encaminhando, juntamente com o Deputado Florisvaldo Fier, a nossa posição dando-nos por impedidos, porque aqui não estamos regulamentando a remuneração e as despesas dos Parlamentares, mas estamos criando um novo crédito que se agrega ao salário...

**(O Senhor Presidente faz soar os tímpanos)**

...original e que se mantém intocado e

ai, ao nosso ver, existe um equívoco muito grave desta Casa, insustentável do ponto de vista ético, ilegal.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o Projeto.

Aprovado.

Os Deputados Ernani Pudell e Dr. Rosinha, e Deputada Emilia Belinati, declaram-se impedidos de votar, de acordo com o artigo 160 § 3º do Regimento Interno.

A Mesa não tem este entendimento, mas vai considerar os votos de V.Exas. em branco.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, então considere o voto da Bancada do PT contrário a este Projeto, já que a Mesa não tem o mesmo entendimento e não aceitou o comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu considero os votos em branco.

V.Exa. quer votar contrariamente?

O DR. ROSINHA - V.Exa. aceita o comunicado feito à Mesa, de que nós nos sentimos impedidos. Se aceitou, tudo bem. Se não aceitar, é contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 007/92, de autoria da Comissão Executiva, que fixa prazo para ex-Deputados, beneficiados pelas Leis nºs 6.639, de 05.12.74, modificada pela Lei nº 7771, de 13.12.83 e Lei nº 9.498, de 28.12.90, requerem a devolução das contribuições recolhidas ao FEPPA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Public. no D.A. nº 71, de 27.05.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/92

P A R E C E R:

De autoria de uma Comissão Executiva, a presente proposição tem como objetivo, fixar prazo para ex-Deputados, beneficiados pelas Leis nºs 6.639, de 05.12.74, modificada pela Lei nº 7771, de 13.12.83 e Lei nº 9.498, de 28.12.90, requerem a devolução das contribuições recolhidas ao FEPPA.

Em análise a esta proposição, constatamos que a mesma propõe a criação de um mecanismo legal, para que os senhores ex-Deputados que contribuíram efetivamente para o FEPPA e não receberam os benefícios decorrentes de sua contribuição, possam ser devidamente ressarcidos, visto que não lhes é facultado outra alternativa para reaverem os valores que foram descontados

durante o exercício de seus mandatos.

Isto posto, esta Comissão conclui não existir óbices de natureza legal, regimental e constitucional, à sua tramitação normal.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO da proposição nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente.

HERMAS BRANDÃO

Relator

#### JUSTIFICATIVA:

A presente Resolução visa corrigir uma lacuna com o advento da Lei nº 9.498 supra citada. Constata-se a existência de ex-Deputados Estaduais, que contribuíram efetivamente para o FEPPA, e não recebem os benefícios decorrentes de sua contribuição, tampouco lhes é facultada outra alternativa para reaverem os valores descontados durante o exercício de seus mandatos.

Esta Comissão Executiva propõe a presente Resolução, visando criar mecanismo legal para que estes Senhores ex-Deputados Estaduais, possam ser devidamente ressarcidos, com correção monetária, dos valores que foram descontados via contribuição ao FEPPA, durante no mínimo oito (8) anos.

Em votação.

Para Encaminhar a Votação, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - (Encaminhamento de Votação) - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Senhores Deputados.

O Projeto em tela visa, sumariamente, permitir que os Parlamentares que gozam, hoje, da prerrogativa de receberem aposentadoria pelo antigo FEPPA, possam solicitar a restituição das contribuições que fizeram a este mesmo FEPPA. E em consequência, requerer e solicitar a sua retirada deste Fundo de Aposentadoria.

Nós entendemos, data vênica, que o mencionado Projeto é inconstitucional e inconveniente. Inconveniente porque, na verdade, hoje, estas aposentadorias têm sido questionadas no Poder Judiciário, inclusive por ação impetrada pelo Partido dos Trabalhadores, que entendeu que tais pagamentos, feitos a ex-Deputados é inconstitucional.

O FEPPA já foi extinto pela Lei 6498/90, tendo o seu patrimônio sido transferido para a Assembleia Legislativa. O dinheiro público, como é o caso, oriundo do FEPPA, já vem sendo utilizado para o pagamento de pensões e aposentadorias do FEPPA.

Aí se abre, inclusive, a primeira indagação que fazemos, de ordem legal, à Mesa e aos Senhores Deputados: como poderá

um Deputado requerer a devolução daquilo que recolheu ao FEPPA, se este mesmo Deputado já vinha recebendo as pensões a que tinha direito?

O Projeto não fala numa eventual compensação. Nós poderíamos até aceitar a hipótese de que um Deputado pudesse ver restituído aquilo que contribuiu para se retirar deste Fundo de Pensão, que é imoral e que não é aceito pela sociedade, deveríamos, pelo menos, ter uma regra no sentido de estabelecer de que aqueles valores que já foram recebidos, sob este pretexto, pretendo direito, pudessem ser compensados, sob pena do Deputado se beneficiar da pensão, até agora, e a partir de agora receber tudo o que é absolutamente ilegal, absolutamente imoral, e trata-se, evidentemente, de um enriquecimento sem causa.

O que é mais grave: o próprio FEPPA, hoje, incorpora o patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. E como tal, para se criar um direito sobre este patrimônio, deveríamos estar aprovando não um projeto de resolução, mas, uma lei específica que inclusive pudesse estar submetida à sanção ao veto do Poder Executivo.

Este Projeto, portanto, Senhor Presidente, é absolutamente inconstitucional. Nós gostaríamos de perguntar: como é que fica o caso das viúvas dos ex-Deputados, que recebem, hoje, estas pensões?

Vão continuar recebendo? Quem irá pagar, o FEPPA ou a Assembleia? E se o patrimônio do FEPPA não foi suficiente para cobrir as restituições. Se todo esse patrimônio for devolvido aos senhores deputados. As ex-viúvas irão receber de quem. Do Poder Legislativo? quando na verdade o seu direito é originário de um fundo de pensão, que já foi extinto? Então estará se colocando uma responsabilidade, gravando-se de ônus o Poder Público sem que tenha havido a causa de pedido o direito de exigir e sem que tenha havido a locação dos recursos pelos interessados.

Então nesse sentido, a posição da nossa Bancada, e já temos questionado a Constitucionalidade do FEPPA por via judicial inclusive das alterações que foram efetuadas aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Nós estamos agora nesse momento pedindo aos senhores deputados que percebam a responsabilidade que terão na aprovação desse Projeto, que além de ser inconstitucional é um Projeto falho do ponto de vista técnico, jurídico e esse Projeto...

(ê-lhe retirado o som)

...abre a possibilidade de enriquecimento sem causa, a possibilidade de ilegalidades de toda sorte e esse Projeto não pode receber guarida aqui do Poder Legislativo e desse Plenário. Por isso que a nossa posi-

ção é contrária e conclamamos os Senhores Deputados a seguirem o exemplo da Bancada do Partido dos Trabalhadores em defesa do interesse público e da probidade que deve reger todas as ações e as decisões desse Poder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury): Duas explicações ao Deputado Ernani Pudell.

1.ª: a Assembleia só vai ressarcir o que foi efetivamente pago, deduzidos daí os pagamentos brutos recebidos pelo requerente, também atualizado pela correção monetária. Eu acho que o Poder Público não pode ser vigarista e deve ressarcir aqueles que pagaram.

2.ª explicação: Vossa Excelência foi mal informado também. As viúvas dos deputados, a pensão das viúvas dos deputados não está enquadrado na Legislação referente ao FEPPA, continuarão recebendo do mesmo jeito.

O Projeto está aprovado.

O SR. ROSINHA: Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE: (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei 135/92.  
Em discussão.  
Em votação.

Aprovado. (Aliás já está tudo aprovado).

A Mesa registra com satisfação a presença do Sr. Luis Possebom, Presidente da Câmara Municipal de Canoas e ex-Deputado Estadual e do ex-Prefeito Maurício Fruet, bem como dos alunos da 8.ª série do Colégio Bom Jesus.

Venham sempre à Assembleia, que aqui se pratica a Democracia.

O SR. ERNANI PUDELL: (Pela Ordem) - Apenas um esclarecimento. E se for constatado no caso, agora, como aprovado esse Projeto, que aquilo que o Sr. Deputado recebeu como pensão for superior aquilo que ele tem direito a restituição como é que fica.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto é claro, o Projeto deduz o que o Deputado já recebeu, que alguns ex-Deputados já receberam, a Assembleia deduz. Não paga juros paga apenas correção monetária.

O SR. ERNANI PUDELL: E se o que for recebido, o que o deputado recebeu for superior ao que ele tem em haver a receber corrigido, como é que fica a situação ele paga a Assembleia, devolve o que recebeu a mais?

O SR. PRESIDENTE: (Anibal Khury) - Vossa

Excelência poderá ficar tranquilo que isso não existe. Quase todos os Deputados estão recebendo, há bem pouco tempo.

A Resolução é bem clara, inclusive o Deputado, o ex-Deputado vai arcar com o Imposto de Renda.

O SR. JOSE TAVARES - Sr. Presidente, hoje na parte da manhã e agora na parte da tarde, no plenarinho desta Casa está havendo um Encontro de Procuradores representantes dos Municípios e até com a presença de alguns Prefeitos, que vieram à Curitiba, convocados pela Associação dos Municípios do Paraná, para discutir uma estratégia de ação, junto ao Governo Federal, mais precisamente junto ao Ministério da Ação Social, digo da Previdência Social, visando encontrar uma solução para a ameaça de retenção do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que estão em situação irregular quanto ao recolhimento das obrigações previdenciárias à União.

E, pela manhã, eu tomei conhecimento, Sr. Presidente, em determinado momento em que lá compareci, que inúmeros colegas nossos por lá passaram, mas no momento em que eu lá chegava um dos presentes levantava uma questão, diante dos dois caminhos que os Municípios do Paraná estão tomando, ou seja, um caminho judicial e outro político.

E uma dessas pessoas presentes perguntava: "E a Assembléia Legislativa, o que é que vai fazer por nós, diante da iminência da retenção do FPM, com base no que dispõe da Portaria, recentemente assinada pelo Ministro da Previdência, prevista para o dia 20?". Eu pedi a palavra, naquela oportunidade, já que era o único Deputado presente naquele momento e disse que a Assembléia não se omitiria, e ela estaria presente também na luta para defender os interesses dos municípios do Paraná.

De que forma? Propondo a criação de uma Comissão composta de 3 Deputados, escolhidos pela Mesa Executiva, de comum acordo com as lideranças, para se somarem à bancada do Paraná, na Câmara dos Deputados, nesta luta de convencimento junto ao Ministério da Previdência, porque se de um lado existe uma situação de irregularidade quanto ao não recolhimento de obrigações sociais, de outro lado, existe por parte do Governo Federal uma omissão quanto a regulamentação de Dispositivo Constitucional, que votamos na Assembléia Constituinte, que trata da questão do encontro de contas, da prestação de serviços na área social que as prefeituras realizam e em grande quantidade, para atender os mais necessitados de seus municípios.

Então, Sr. Presidente, por esta razão, é que eu assumi um compromisso perante àquele Plenário, de encaminhar proposta de

uma comissão especial de Deputados Estaduais, para irem à Brasília se somarem à Bancada Federal do Paraná visando encontrar uma solução urgente e que possa atender os interesses dos municípios do Paraná.

Assim sendo estou encaminhando requerimento à Mesa e pedindo apoio do Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.  
Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI: (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para comunicar ao Plenário da Assembléia Legislativa que estamos endereçando aos Gabinetes dos Srs. Deputados a minuta de uma reunião que haverá amanhã, às 7:30 horas, no Palácio Iguaçu, com a presença do Governador Roberto Requião, Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, prefeitos e deputados, para em conjunto tratar de assuntos relacionados com as enchentes e vendavais ocorridos em diversos municípios do Paraná.

Os Srs. Deputados estão convidados a comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 857, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 858, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 864, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 867, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 869, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 875, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, com apoio dos Srs. Deputados Duílio Genari, Nelson Garcia, Costenaro Neto e Luiz Antonio Setti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 885, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 393/91, 069, 113, 118, 119, 134, 135, 139, e 142/92, e do Projeto de Resolução n° 007/92

Marca ainda, uma sessão Extraordinária para logo após o término da sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 001 a 005, 008, 010 a 013 e 015 a 024/92.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 047/92

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de DORIZON SALGADO BUENO, matrícula n° 008, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aposentado pelo Decreto Legislativo n° 111/79, de 09 de fevereiro de 1979, nos termos do item n° 8, letra "i", da Instrução Normativa n° 07, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 9805)

Gabinete da Diretoria Geral, em 13.05.92

PORTARIA N° 050/92

conceder, a JAMILE MOHAMMAD, funcionária contratada deste Poder Legislativo (Laudo Médico n° 014), cinco (05) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 11 de abril de 1992.

(Protoc. n° 3583)

PORTARIA N° 051/92

conceder, a funcionária contratada deste Poder Legislativo, JAMILE MOHAMMAD, (Laudo Médico n° 011/92), quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 18 de abril de 1992.

(Protoc. n° 3580)

PORTARIA N° 052/92

conceder, a JAMILE MOHAMMAD, funcionária contratada deste Poder Legislativo (Laudo Médico n° 012/92), trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 04 de maio de 1992.

(Protoc. n° 3581)

PORTARIA N° 053/92

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de ANTONIO CARLOS ITIBERE DA CUNHA, matrícula n° 143, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aposentado pelo Decreto Legislativo n° 249/81, de 22 de junho de 1981, nos termos do item n° 8, letra "i", da Instrução Normativa n° 07, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 8118)

PORTARIA N° 054/92

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de ALCEU RAMOS, matrícula n° 363, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aposentado pelo Decreto Legislativo n° 225/90, de 01 de agosto de 1990, nos termos do item n° 8, letra "i", da Instrução Normativa n° 07, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 467)

PORTARIA N° 055/92

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de JOSEPHA KUCEK LEVANDOSKI, matrícula n° 174, funcionária inativa do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aposentada pelo Decreto Legislativo n° 539/87, de 23 de setembro de 1987, nos termos do item n° 8, letra "i", da Instrução Normativa n° 07, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 662)

PORTARIA N° 056/92

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de LOIZEL RUPPEL BITTENCOURT, matrícula n° 140, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aposentado pelo Decreto Legislativo n° 373/78, de 13 de julho de 1978, nos termos do item n° 8, letra "i", da Instrução Normativa n° 07, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 10.394)

PORTARIA N° 057/92

Curitiba, quarta, em 03.06.92

Pág. 21

conceder, ao funcionário ADILSON VICENTINI, matrícula nº 110, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, (Laudo Médico nº 013/92), quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a

partir de 18 de maio do corrente ano.  
(Protoc. nº 3582)

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.05.92  
(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral